

# A LINGUAGEM DO PONTO DE VISTA PLATÔNICO

AC. Denise Carla de Deus (PIBIC/CNPq – UFSJ- 2000-2002)

Orientadora: Marilúze Ferreira de Andrade e Silva

**Resumo:** Segundo Neves (1987), para os gregos, a linguagem representava uma realidade sonora. Apesar de não ser objeto de uma reflexão teórica, a linguagem foi tratada na Grécia desde Homero e Hesíodo. Em Homero, o falar estava associado ao agir, onde o poder se liga diretamente à ação, mas a palavra é participante. Na medida em que persuade, a palavra continua na ação. Em Hesíodo, a fala é um instrumento através do qual se expressa o que é revelado pelas Musas. Cabe às Musas o caráter verdadeiro ou falso do que é dito. Paralelamente à tradição poética, surge a retórica, um meio através do qual o homem pode se expressar por si. Nessas duas formas de linguagem estão as bases do discurso filosófico, que busca a articulação do todo nas coisas. Na segunda metade do século V a. C. encontramos o desenvolvimento da sofística ocupando-se da formação do homem político. Preocupados com o ensino da arte política, os sofistas colocavam como objeto de seu interesse o ensino da persuasão, sem levar em consideração a verdade. Tal procedimento será posteriormente criticado por Platão. A crítica de Platão ao método sofístico será o ponto de partida do presente trabalho. Pretendemos pesquisar o ponto de vista platônico sobre a linguagem. Nosso método de pesquisa será o histórico bibliográfico, através do qual tomaremos como obras básicas os diálogos *Crátilo* e *Sofista*. Além dos diálogos, nos basearemos nas fontes NEVES, Maria Helena de Moura, *A Vertente Grega da Gramática Tradicional*. São Paulo: HUCITEC, 1987; e NUCHELMANS, Gabriel, *Theories of the Propositions: Ancient and Medieval Conceptions of the Bears of Truth and Falsity*. London: North-Holland, 1973.

**Palavras –chave:** Linguagem. *Crátilo*. *Sofista*.

## Introdução

Segundo Neves<sup>1</sup>, para os gregos, a linguagem representava uma realidade sonora. Apesar de não ser objeto de uma reflexão teórica, a linguagem foi tratada na Grécia desde Homero e Hesíodo. Em Homero, o falar estava associado ao agir, onde o poder se liga diretamente à ação, mas a palavra é participante. Na medida em que persuade, a palavra continua na ação. Em Hesíodo, a fala é um instrumento através do qual se expressa o

que é revelado pelas Musas. Cabe às Musas o caráter verdadeiro ou falso do que é dito. Paralelamente à tradição poética, surge a retórica, um meio através do qual o homem pode se expressar por si. Nessas duas formas de linguagem estão as bases do discurso filosófico, que busca a articulação do todo nas coisas.

Na segunda metade do século V a. C. encontramos o desenvolvimento da sofística ocupando-se da formação do homem político. Preocupados com o ensino da arte política, os sofistas colocavam como objeto de seu interesse o ensino da persuasão,

<sup>1</sup> NEVES, Maria Helena de Moura, *A Vertente Grega da Gramática Tradicional*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

sem levar em consideração a verdade. Tal procedimento será posteriormente criticado por Platão.

Opondo-se ao uso retórico da linguagem concebido pelos sofistas, Platão concebe a linguagem de modo filosófico. Concebida filosoficamente, a linguagem permite o alcance de algo além de si mesma, isto é, a linguagem tem a função de uma palavra de verdade, em oposição à função puramente persuasiva utilizada pelos sofistas. Em Platão, a linguagem é, pela primeira vez colocada como objeto de um estudo sistematizado, uma vez que a verdade está colocada na relação entre a linguagem e as coisas.

Nosso trabalho pretende estudar o tratamento dado à questão da linguagem no pensamento de Platão. Faremos um estudo dos diálogos intitulados *Crátilo* e *Sofista*, nos quais encontram-se questões do âmbito do estudo da linguagem.

### **A questão do nome no *Crátilo***

No diálogo intitulado *Crátilo* Platão trata da questão dos nomes. Na primeira parte da argumentação, encontramos a defesa de que as coisas possuem uma essência imutável e permanente. Isto é, existe em cada coisa uma idéia proporia e essencial independente do modo com o qual as vemos. As coisas e ações possuem uma natureza independente da relação que estabelecemos a elas:

Ora, se as coisas são semelhantes

ao mesmo tempo, e sempre, para todo o mundo, nem relativas a cada pessoa em particular, é claro que devem ser em si mesmas de essência permanente; não estão em relação conosco, nem na nossa dependência, nem podem ser deslocadas em todos os sentidos por nossa fantasia, porém existem por si mesmas, de acordo com sua essência natural.<sup>2</sup>

Sobre a natureza das ações, encontramos Sócrates diz: “As ações se realizam segundo sua própria natureza, não conforme a opinião que dela fizermos”<sup>3</sup> as ações possuem sua natureza, seu *eidos*. O falar constitui uma ação e como tal possui seu *eidos*, como parte do falar está o nomear, uma vez que o falar é uma espécie de ação em relação às coisas. Desse modo, o nomear das coisas deve ser feito de modo natural, isto é, uma coisa deve ser denominada segundo sua natureza.

Nomear segundo a natureza significa nomear segundo o *eidos*, ou a essência da coisa denominada. Nesse sentido, a linguagem é definida como natural e enquanto o nomear deve ser feito segundo a natureza, a linguagem é definida também como uma *téchne*, ou uma arte, uma vez que a *téchne* é o fazer segundo a natureza.

O nome possui um lugar de instrumento da arte de nomear conforme o *eidos*, com a função de instruir e dis-

<sup>2</sup> PLATÃO. *Diálogos – Crátilo*, Trad. Carlos Alberto Nunes. Belém: UFPA, 1973 p.123

<sup>3</sup> Idem, p.123

tinguir. É um instrumento para informar a respeito das coisas.

Seguindo o argumento de que os nomes tem a característica de especificar a essência das coisas, coloca-se que aquele que nomeia deve possuir a arte de nomear. Este seria o legislador, que nomeia conforme a natureza das coisas. O dialético é o que faz uso da linguagem e, portanto, cabe a ele comprovar através do trabalho do legislador, se o nome realmente expressa aquilo que a coisa é.

Para Platão a arte constitui uma imitação, não expressando a verdade em si, assim, quando nomeia. Sendo o nome uma imagem, assim como a pintura, não pode ser totalmente semelhante à coisa, pois assim, não seria sua imagem, mas sua duplicação. Há, portanto, uma distância entre o nome e a coisa.

Um nome justo refere-se à atribuição adequadamente estabelecida à coisa denominada. Há, contudo, dois modos de se atribuir nomes, o falar com a verdade e o falar falsamente:

Se a distribuição, de fato, pode ser feita dos dois modos, vamos denominar um deles falar verdade, e o outro, dizer inverdade. Ora, se as coisas se passam dessa maneira e podemos distribuir inexatamente pois nomes e não atribuir a cada pessoa o que lhe é próprio, mas, por vezes, o que não lhe diz respeito, será possível, também, fazer o mesmo com relação aos verbos. Ora, se os verbos e os nomes podem ser distribuídos desse

jeito, o mesmo forçosamente se dará com as sentenças, pois estas, segundo penso, são formadas pela reunião daqueles.<sup>4</sup>

O nome deve manter, numa escala de semelhança, o caráter fundamental da coisa nomeada, mas ele pode ser bem ou mal atribuído. Uma vez aceito que o nome é uma imitação da coisa através de letras e sílabas, é admitida a existência de nomes nos quais não estão todos os traços próprios da coisa. Sendo o nome o instrumento de uma arte, ele é natural, pois é através da imitação que o nome se estabelece.

Os nomes exprimem aquilo que as coisas realmente são e seu uso faz com que alguns nomes sejam aceitos por convenção. Isto significa que ao usá-lo sabe-se previamente o que exprimem nesse sentido, mesmo quando o nome não traz a devida exatidão, ele acaba por convenção, definindo a coisa nomeada. Sendo considerado como um instrumento e como imagem, fica estabelecido que o nome é algo separado da coisa. Tanto a tese naturalista quanto a tese convencionalista, segundo nos diz Neves<sup>5</sup>, não separavam o nome da coisa, por isso tanto uns como os outros consideravam que os nomes são sempre acertados. Na medida em que admite o natural e o convencional, diz Neves, e na medida em que reduz o nome a imagem, a análise platônica da linguagem reorganiza a perspectiva daquela controvérsia que

<sup>4</sup> Ibidem, p.181

<sup>5</sup> Op. cit., p.53

empenhava os sofistas. Não cabendo mais a investigação da condição natural ou convencional dos nomes porque para atingir ao conhecimento não cabe mais fixar-se neles.

Percebe-se no diálogo uma dificuldade em nomear com exatidão implicada ao problema do conhecimento. Pelo fato de nomear partindo da imagem, Platão coloca que o nome não pode ser encarado como uma forma segura para o conhecimento da essência das coisas. Admitindo que a linguagem tem como função instruir acerca das coisas e que aquele que conhece o nome pode também conhecer as coisas, a questão que se coloca é a descoberta inicial da origem das essências. Supõe-se assim, que o primeiro a estabelecer os nomes possuía um conhecimento das coisas cuja constituição fosse possível sem a utilização da linguagem. Sendo o nome estabelecido como imagem não sendo um meio seguro para conhecer as essências, deve-se então partir das próprias coisas na busca do conhecimento.

O modo de alcançar o conhecimento das coisas, ou descobri-las, é questão que talvez ultrapasse a minha e a tua capacidade. Baste-nos termos chegado à conclusão de que não é por meio de seus nomes que devemos procurar conhecer ou estudar as coisas, mas de preferência, por meio delas próprias.<sup>6</sup>

O denominar é posterior ao conhecer

<sup>6</sup> PLATÃO, *Diálogos - Crátilo* Trad. Carlos Alberto Nunes. Belém: UFPA, 1973 p.192

no sentido de que a linguagem supõe a existência das coisas com sua essência verdadeira e imutável. As palavras ou os nomes são a representação das idéias e das coisas.

## A investigação do lógos no diálogo *Sofista*

Em o *Sofista*, a investigação acerca da linguagem não se centraliza mais na questão do nome, mas aponta para a verdade do *lógos*. O *lógos* indica as coisas através da combinação entre nomes e verbos. Platão distingue no diálogo o 'dizer' e o 'denominar' a verdade não está no nome, mas na atribuição de um verbo a um nome, correspondendo à atribuição de uma propriedade à uma determinada coisa. Portanto, o *lógos* é *lógos* de algo segundo encontramos no diálogo:

**O Hospede:** É que a partir deste instante, ele enuncia algo de alguma coisa que é ou se torna ou foi ou será; não se limita a nomeá-la, porém conta que alguma coisa aconteceu, o que pelo entrelaçamento de verbos com substantivos. Daí não dizermos simplesmente que essa pessoa nomeia, porém que discursa, sendo a essa conexão de palavras que damos o nome de discurso.

**O Hospede:** E assim como entre as coisas uma em parte se combinam e outras não: da mesma forma há sinais vocais que não se combinam; mas o

que o fazem dão origem à sentença.<sup>7</sup>

O lógos se constitui a partir das combinações entre nome e verbo, e discorre sobre algo, não apenas nomeia. O lógos indica referência às coisas, exprime a relação existente entre elas. Desse modo, unindo nome e verbo, o lógos atribui uma ação a um agente. Havendo acordo entre nome e verbo, haverá discurso Platão coloca que o lógos é considerado verdadeiro ou falso quando suas partes também são verdadeiras ou falsas.

Na linguagem há uma base onde se dá a conexão entre os gêneros do ser. Os gêneros do ser formam um conjunto de objetos do discurso classificados em o ser, o repouso, o movimento, o mesmo e o outro. O lógos associa os gêneros em múltiplas formas de dizer. Platão nos diz que a maneira de acabar com o discurso é isolar cada parte de todo o resto. Segundo ele, “o mais radical processo para acabar com qualquer espécie de discurso é isolar cada coisa do seu conjunto, pois o discurso só nos surge pronto pelo entrelaçamento recíproco das partes”<sup>8</sup>

Dentre os gêneros do ser, Platão admite a existência do não-ser. Verificamos na fala do Hospede.

De onde fica também certo, necessariamente que, que o não-ser está no movimento e em todos os gêneros, pois a natureza do outro, entretanto

em tudo o mais deixa, todos diferentes do ser, isto é, como não-ser, de forma que, sob esses aspectos, poderemos, com todo o direito, denominá-los de não existentes, e o inverso: afirmar que são e existem, visto participarem da existência<sup>9</sup>

Cada um dos gêneros pode ser também chamado de não-ser e ao mesmo tempo de ser, pois em todos os gêneros, a natureza do outro faz com que cada um deles outro que não é o ser, mas o não-ser. Sendo assim, cada forma possui uma multiplicidade e uma quantidade ilimitada de ser e não ser. O não ser é algo que não é o ser, o que não significa que ele seja seu oposto, mas é algo diferente do ser.

Assim, ao que parece, a oposição da natureza de uma parte do outro e da natureza do ser, dada a contraposição das duas, não terá menos existência, se assim posso expressar-me, do que o próprio ser, pois ela não indica absolutamente o contrário do ser, porém algo diferente dele.<sup>10</sup>

Sendo o não-ser também um gênero determinado entre os demais, é associado à opinião e ao discurso, o que leva a aceitar a existência do discurso falso. A falsidade está no enunciar o não-ser, ou, o que não é. Como observa Neves<sup>11</sup> para os sofistas era impossível conceber ou

<sup>7</sup> PLATÃO. *Diálogo - Sofista*. Trad. Carlos Alberto Nunes. Belém: UFPA, 1980 p. 92

<sup>8</sup> Idem, p.88

<sup>9</sup> Ibidem, p.83

<sup>10</sup> Ibidem, p.85

<sup>11</sup> Op. cit. p. 57

enunciar o não-ser, porque ele não tinha parte no ser; assim, a falsidade era negada. Entretanto – diz Neves – provada a comunidade da opinião e do discurso com o não-ser, surge o problema da falsidade.

Se todo discurso é necessariamente discurso sobre alguma coisa, consequentemente deverá ser-lhe atribuído alguma propriedade que determine se a sentença será ou não-será verdadeiro ou falso conforme o que é. Segundo Platão, “a verdade diz de ti as coisas como realmente são”<sup>12</sup>. O discurso é, pois, verdadeiro quando faz referência às coisas como são. Sendo assim, o discurso deve ser proferido de acordo com a verdade do que é. Pelo fato de que se pode, ou não, dizer a verdade, Platão vai constituir a dialética como meio de se chegar à verdade; esse é o motivo da crítica platônica aos sofistas, para os quais a verdade está em tudo o que é dito.

Da combinação entre nomes e verbos surge um pensamento completo que constitui o *lógos*. Através da fala o *lógos* é expresso indicando que algo é. Somente há um *lógos* quando

a expressão do pensamento afirma ações ou estados a alguma coisa, aquele que pratica ou sofre a ação. O nomear somente não constitui um pensamento completo, pois não combina nomes e verbos.

## Conclusão

Concluimos que Platão coloca a linguagem como uma manifestação do ser. O nome é a manifestação do objeto por meio de sílabas e de letras e representa a idéia fundamental da coisa, seu *eídos*. No *Sofista*, a manifestação da natureza das coisas requer que elas expressem suas relações através da combinação entre nomes e verbos. Como entre as coisas que podem ou não concordar uma as outras, os sinais vocais também assim, são. Os nomes apenas enunciados em seqüências não exprimem nada pois somente há discurso com a combinação entre nomes e verbos. A verdade ou a falsidade não pode ser atribuída ao nome, mas somente ao discurso onde há expressão das relações existentes entre as coisas e as palavras que as representam. Assim, a linguagem é uma articulação de sons vocais que manifesta a articulação das essências.

<sup>12</sup> PLATÃO. *Diálogo - Sofista*. Trad. Carlos Alberto Nunes. Belém: UFPA, 1980 p. 93

## Referências Bibliográficas

Maria Helena de Moura, *A Vertente Grega da Gramática Tradicional*. São Paulo: HUCITEC, 1987

NUCHELMANS, Gabriel, *Theories of the Propositions: Ancient and Medieval Conceptions of*

*the Bears of Truth and Falsity*. London: North-Holland, 1973.

PLATÃO, *Diálogos - Crátilo* Trad. Carlos Alberto Nunes. Belém: UFPA, 1973

\_\_\_\_\_. *Diálogos. Sofista*. Trad. Carlos Alberto Nunes. Belém: UFPA, 1980.